



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00037

Brasília, 21 de março de 2016.

Objetivo da reunião: Comitê Gestor PJe - Reunião Mensal

Horário e local: 10h - CJF sala 201

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Jones Cardoso de Melo Filho	ASSESSOR B	ASTEC-STI
Deusdete Alves Paixão	SUBSECRETARIO	SUSOF
Aline Alves Pimenta	ASSISTENTE III	SEPEIB
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Membro do Comitê	TRF 1ª Região
Anderson de Sousa Peres	Diretor do Núcleo Regional de Apoio ao PJe da Secretaria Judiciária	TRF 1ª Região
Leornado Santos Carvalho (leonardo.carvalho@jfrj.jus.br)	Coordenador da Subcomissão de Parametrização do PJe-JF	SJRJ
Alexandre Marques Corrêa (alexandre.marques@trf2.jus.br)	Diretor da Subsecretaria de Atividades Judiciárias - SAJU	TRF 2ª Região
Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador do Comitê Gestor do PJe	TRF 3ª Região
David Panessa Baccelli (ainf@trf3.jus.br / DBACCELL@trf3.jus.br)	Membro do CGR - Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação - Assessor da Presidência	TRF 3ª Região
Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	Membro do Comitê Gestor Regional-PJe	TRF 3ª Região

	- Diretor da Secretaria Judiciária	
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Comitê Gestor Regional	TRF 3ª Região
Fábio Rodrigo Cuzzatti	Diretor da Divisão de Sistema do Juizado Especial Federal	TRF 3ª Região
Juiz Federal Fabiano Lopes Carraro	Juiz Federal em auxílio à Presidência -Membro do Comitê Gestor Regional	TRF 3ª Região
Ednaldo da Silva Ferreira (esferrei@trf3.jus.br>)	Divisão de Processo Judicial Eletrônico	TRF 3ª Região
Juiz Federal Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Magistrado Representante	TRF 4ª Região
Ivan Scarparo Forgearini (isf@trf4.jus.br)	Diretoria da Tecnologia da Informação - Secretaria de Sistemas Judiciários	TRF 4ª Região
Telma Roberta Vasconcelos Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF 5ª Região
Juiz Federal Leonardo Resende Martins (dirvara6@jfce.jus.br)	Magistrado	TRF 5ª Região

Pauta

1. Pendências da última reunião do CG-PJe.

As ações previstas na reunião do Comitê Gestor em fevereiro foram todas atendidas. Leonardo informou o andamento do tratamento das demandas da Justiça Federal ao PJe (issues) e, também, do trabalho de unificação das tabelas de documentos e petições, realizado pela Comissão Técnica de Negócio. As discussões, por questão orçamentária, serão realizadas por meio de videoconferências, sendo a próxima reunião está prevista somente para 31/03, mas que o cronograma proposto é de reuniões semanais a partir de abril.

2. Status da implantação do PJe: TNU, 1ª. e 3ª. Regiões.

TNU já recebeu processos da 4ª Região, via MNI, na base de testes, com sucesso. A partir de 02/05 será o início efetivo da operação entre TNU e 4ª Região. TRF 1ª Região informa a implantação na Seção de Mato Grosso e que está com a versão 1.7.2.2 em produção, o que inclui as sessões de julgamento. O quantitativo de processos no 1º grau é 13.856 e no 2º grau 3.521. TRF 3ª Região homologou a versão 1.7.2.2. Quantitativos de processos no 1º grau 526 e no 2º grau 652. TRF 5ª Região informa os ajustes via MNI com a Fazenda Nacional e outros órgãos e no desenvolvimento das funcionalidades para atendimento dos requisitos do CNJ para a competência penal (mandado de prisão).

3. Repasse dos tópicos discutidos pelo Comitê Gestor Nacional (CNJ).

Dr. Paulo Sérgio informou que o CNJ ainda não iniciou o trabalho de análise da tabela de tipos de documentos e petições, ficando acordado com o Dr. Bráulio (CNJ) que o estudo em andamento na Comissão Técnica de Negócio da Justiça Federal será a base para discussão com os outros ramos de justiça. Dr. Bráulio solicitou que a análise e o encaminhamento ocorram com brevidade. Informou sobre o sistema de controle de prazo no novo CPC,

repassando o e-mail do Dr. Bráulio. Sugeriu que o CNJ se encarregasse de organizar e manter o controle dos feriados nas comarcas, integrado ao PJe. Informou a recomposição da Comissão de TI do CNJ, a retomada dos trabalhos do Comitê Gestor CNJ e o desenvolvimento do 'script' de adaptação ao novo CPC em qualquer versão do PJe. Sobre o tratamento de processos que tramitam em segredo de justiça e sigilosos, o CNJ solicitou o envio das regulamentações da JF que devem ser compiladas.

4. Fábrica de software do TRF1

Nesse item discutiu-se a abrangência dos serviços prestados pela fábrica de software do TRF1, com custeio pelo orçamento destinado ao PJe para, por exemplo, realizar ajustes nos sistemas legados (SCJF, Precatório, certidão negativa, e DJF1, Juris, Processual, etc.) com vistas a viabilizar a integração com o PJe e permitir a expansão para mais classes. A STI/CJF solicitou um planejamento para sistematizar a proposta para acompanhar a evolução. Dr. Marcelo solicita informar se o CJF encaminhou a solicitação de complementação. Gustavo (SPO) informa que o PJe em 2016 demandou 4,6 milhões. Dos 4,6 milhões foi liberado 1 milhão no total. É uma despesa discricionária, portanto deve obedecer um limite colocado no início do ano, ou seja, 1 milhão. O repasse de outros recursos (mais 3,6 milhões) do CNJ implicaria em reduzir o mesmo valor em outra rubrica. O TRF3 vê com preocupação, pois entende que fugiria ao escopo da destinação do recurso. Caso seja concedido ao TRF1 seria o caso de pleitear também para o TRF3. Dr. Marcelo informa que o remanejamento para a fábrica de software é para o recurso adicional, caso seja concedido. A demanda seria para atender integração do PJe com esses sistemas. O recurso remanescente de 2015 seria usado para as implementações solicitadas, sob pena de ter que devolvê-lo ao Tesouro. Quanto ao orçamento 2016, este deve ser complementado para expansão. Marcos Barbosa acrescenta que o desenvolvimento de funcionalidades para integração é requisito mínimo e impeditivo da expansão. Informa que o pedido é geral e não especificamente para o orçamento de 2015 ou 2016. O Des. Paulo Sérgio informa sobre a implementação do PJe 2.0 deverá trazer várias melhorias. O foco do esforço de desenvolvimento deve ser a implementação de um software único, sendo que o pedido do TRF1 não estaria de acordo com o que foi tratado no Comitê Gestor a respeito da fábrica de software, que é o desenvolvimento integrado do PJe e solução de issues identificadas. Não seria o escopo inicial para contratação de fábrica de software. Não concorda plenamente com a posição do Melre. Telma informou que também não amadureceu a ideia de utilizar recursos do PJe em outros desenvolvimentos. Marcos Barbosa informa que o excedente de recursos de 2015 foi empenhado na fábrica para desenvolvimento do PJe. Dr. Marcelo informa que para utilizar a fábrica para o desenvolvimento de issues, utilizando o recurso de 2015, necessitaria da colaboração de outros tribunais no sentido de darem suporte (detalhamento regras de negócio, teste e homologação) para a fábrica. Ivan argumenta que tecnicamente, no aspecto orçamentário, dando uma interpretação extensiva, seria possível utilizar recurso conforme solicitado pelo TRF1. Para suplementação orçamentária deve-se demonstrar capacidade de execução e a inexecução do orçamento de 2015 pode criar dificuldades para solicitar suplementação ao orçamento de 2016. Propõe, assim, que para o orçamento de 2015 se possa permitir ao TRF1 a opção executar em outros sistemas. Dr. Paulo entende não ser possível fazer a interpretação extensiva. O pedido feito ao CNJ foi para desenvolver issues do PJe. Dr. Marcelo propõe que os tribunais apoiem o desenvolvimento pela fábrica de software com suporte pela Comissão Técnica de Negócio. Foi retirada a proposta original, tendo sido deliberado e aprovado neste sentido, ou seja, que a fábrica de software atue na resolução de questões do PJe, e que os tribunais apoiem o TRF1 no trabalho a ser desenvolvido em conjunto com a fábrica de software. Leonardo argumenta que este apoio para o desenvolvimento das issues se dê em sistema de rodízio conforme um modelo de gestão a ser construído. Leonardo alerta sobre a dificuldade de fazer o assessoramento remoto à fábrica de software, o que talvez não seja produtivo.

5. Informes e outros assuntos

Criação do Comitê Gestor da TNU e solicitação da inclusão deste coordenador na Comitê Gestor do PJe-JF. Leonardo solicita retorno sobre a formalização da sua indicação para a Comissão Técnica de Negócio.

6. Próxima reunião

Será realizada no dia 12 de abril de 2016, às 10h, por videoconferência. Foi fixada a segunda terça-feira de cada mês para realização das reuniões do Comitê Gestor , sendo a seguinte previsão para o ano de 2016: 10/5, 14/6, 12/7, 09/8, 13/9, 11/10, 08/11, 13/12.

7. Participantes da Reunião

Vitor José de Sousa - Diretor da Divisão de Processo Judicial Eletrônico - TRF 3ª Região

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
3.1	Enviar regulamentação sobre processos sigilosos e tramitação em segredo de justiça, caso haja.	TRF 3ª Região e TRF 5ª Região	31/03/2016

MAGALI ZILCA DE OLIVEIRA DANTAS
CHEFE DE SECAO
SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Classif. documental 40.07.01.01